

AVALIANDO AS CAPACIDADES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA PROMOÇÃO DAS PRIORIDADES DA POLÍTICA EXTERNA DO AZERBAIJÃO

Jovhar Museyibzada¹

Bahriddin Usmonov²

Introdução

Desde sua independência, o Azerbaijão tem dado passos importantes no sentido de fortalecer seu perfil internacional e ampliar seu engajamento no cenário global. Por meio da participação em diversas organizações internacionais (OIs) e de parcerias estratégicas, o Azerbaijão tem defendido seus interesses, advogado por sua independência e condição de Estado e buscado soluções para desafios da segurança regional. Este artigo explora o envolvimento dinâmico do Azerbaijão nas organizações internacionais. Além disso, destaca-se as parcerias do país com importantes organizações regionais, ressaltando seu compromisso com a cooperação mutuamente benéfica e com a busca por objetivos comuns. Ao analisar a política externa do Azerbaijão, seus esforços diplomáticos e suas contribuições à cooperação internacional, este artigo lança luz sobre a adaptação do país à natureza em evolução das relações internacionais e sobre seu papel no enfrentamento de desafios regionais e globais.

O Azerbaijão, assim como muitos outros países, reconheceu a importância de estabelecer relações estreitas e abrangentes com organizações regionais e internacionais. Para esse fim, o Azerbaijão participa da ONU,

1 Universidade Estadual de Fergana, Fergana, Uzbequistão. E-mail: jovharmuseyibzada@pf.fdu.uz. ORCID: 0009-0001-6059-2613.

2 Universidade Estadual de Fergana, Fergana, Uzbequistão. E-mail: b.usmonov@pf.fdu.uz. ORCID: 0000-0003-2062-5991.

do Conselho da Europa, da Parceria Oriental da UE (EaP), da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), do Movimento de Países Não Alinhados (MNA) e de outros organismos regionais. A cooperação multilateral do Azerbaijão também tem se manifestado na esfera cultural, outra via produtiva para seu engajamento internacional, permitindo ao país efetivamente vincular aspectos culturais e históricos de diversos desafios (como o conflito de Karabakh) às relações políticas e internacionais atuais. Essa abordagem possibilitou ao Azerbaijão estabelecer contatos com organizações como a UNESCO, a ISESCO e a TURKSOY, entre outras.

Uma das principais prioridades do Azerbaijão tem sido contrapor a narrativa armênia e transmitir sua verdade à comunidade internacional sobre as pesadas perdas infligidas ao país com a ocupação de Karabakh. O Azerbaijão tem consistentemente manifestado sua disposição para cooperar internacionalmente no combate a todas as formas de terrorismo, ressaltando a necessidade de ação coletiva, inclusive no contexto do conflito de Karabakh. Para tanto, o país tem participado de plataformas globais e regionais, incluindo a GUAM, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE) e a OSCE³.

Este artigo estrutura-se em quatro seções principais, cada qual abordando aspectos da política externa do Azerbaijão. Na primeira seção, discute-se as iniciativas empreendidas pelo Azerbaijão no âmbito de organizações internacionais tradicionais. Os autores chamam de “tradicionais” aquelas OIs das quais o Azerbaijão tem sido membro desde a independência em 1991. A segunda seção ilustra as novas adesões conquistadas nos anos seguintes à independência devido à urgência do país de expandir a cooperação, construir uma imagem e conquistar apoio. A terceira seção retrata o papel assumido pelo Azerbaijão na arena internacional como fundador de organizações internacionais. Por fim, o artigo analisa uma modalidade de cooperação caracterizada pelo estabelecimento de laços estreitos com OIs sem sua adesão plena. Isso indica que o Azerbaijão ativamente busca modelos de parceria personalizados com organizações internacionais como um aliado, não como membro pleno. Tais seções visam explicitar a abordagem estratégica do Azerbaijão à cooperação internacional e explorar diversos aspectos de seu engajamento com organizações internacionais. Considerando o desejo dos Estados-nação de assumir um papel nas relações internacionais para atender

3 Como será visto na próxima seção deste artigo, a cooperação com a OSCE deteriorou-se gradualmente devido à perda de confiança do Azerbaijão no processo do Grupo de Minsk, realizado sob os auspícios da OCSE, que pouco contribuiu para a resolução do conflito regional com base nos princípios do direito internacional.

seus interesses específicos, o Azerbaijão não foge a esta tendência.

Iniciativas empreendidas no âmbito das Organizações Internacionais tradicionais

As Nações Unidas certamente facilitaram a colaboração do Azerbaijão com nações de todo o mundo no enfrentamento dos desafios do país. O foco principal da colaboração do Azerbaijão com a ONU na área de paz e segurança foi obter apoio internacional para pôr fim às reivindicações da Armênia e ao uso persistente da força contra a integridade territorial e a soberania do Azerbaijão (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan s.d.). Desde sua primeira interação com a ONU, o Azerbaijão tem buscado atrair a atenção internacional para o conflito azerbaijano-armênio e encontrar uma solução pacífica e significativa, valendo-se da influência e dos recursos da ONU.

O Conselho de Segurança da ONU aderiu às resoluções 822, 853, 874 e 884 em 1993 em resposta à ocupação de Nagorno-Karabakh e outros territórios adjacentes por grupos militares vinculados às Forças Armadas da Armênia. Essas resoluções reafirmaram a integridade territorial do Azerbaijão, exigiram a cessação imediata das hostilidades armadas e a retirada integral das forças de ocupação do território azerbaijano, condenaram todas as ações hostis na região e clamaram pela realização de negociações para a resolução do conflito (UN Security Council 1993).

O presidente Heydar Aliyev participou das sessões da Assembleia Geral da ONU de setembro de 1994, outubro de 1995 e setembro de 2000, utilizando essa plataforma para denunciar a presença agressiva da Armênia no Azerbaijão, o que contrariava as resoluções da ONU. Na sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU) de 29 de outubro de 2004, a delegação do Azerbaijão tomou a iniciativa de incluir a questão da “situação nos territórios ocupados do Azerbaijão” na pauta da reunião. A questão apresentada à AGNU destacava as atividades ilegais de transferência de novos colonos para os territórios ocupados do Azerbaijão (UN General Assembly 2004). Nos anos seguintes, o Azerbaijão também conseguiu aprovar uma resolução na 60ª sessão da Assembleia Geral da ONU, na qual enfatiza a necessidade de “realizar urgentemente uma operação ambiental para combater os incêndios nos territórios afetados [de Karabakh]”, uma vez que o Azerbaijão não tinha acesso direto à região (UN General Assembly 2006, tradução nossa⁴).

4 No original: “to urgently conduct an environmental operation to suppress the fires in the

Apesar da adoção de diversas resoluções pelo principal órgão decisório do mundo, a Armênia praticamente ignorou o direito internacional e, conseqüentemente, a implementação das resoluções da ONU. Ainda assim, o Azerbaijão tem consistentemente buscado chamar a atenção internacional para o conflito azerbaijano-armênio, utilizando plataformas da ONU nas quais se enfatizou a necessidade de uma solução diplomática do conflito e da restituição dos territórios ocupados.

A participação do Azerbaijão como membro não permanente⁵ do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) entre 2012 e 2013 é considerada uma das conquistas internacionais mais significativas da República (Habibbeyli 2017, 36)⁶. Representando o grupo da Europa Oriental com amplo apoio, a adesão do Azerbaijão revigorou os esforços do governo de colocar o conflito de Karabakh, mais uma vez, no centro da agenda da comunidade internacional. Nesse período, a atuação diplomática e o potencial do Azerbaijão haviam se fortalecido, incentivando o país a exigir a retirada da Armênia dos territórios ocupados, conforme estabelecido nas quatro resoluções existentes do CSNU. Vale ressaltar que, durante sua presidência do CSNU, o Azerbaijão organizou uma reunião de alto nível intitulada “Fortalecimento da cooperação internacional na implementação de obrigações de combate ao terrorismo”. Para o Azerbaijão, o terrorismo está estreitamente ligado ao regime ilegítimo em Karabakh, que forçou milhares de pessoas a deixarem suas casas e impediu o funcionamento do aparelho estatal.

Além disso, durante sua segunda presidência do CSNU, o Azerbaijão fortaleceu a parceria entre as Nações Unidas e a Organização para Cooperação Islâmica (OCI) por meio de mais uma reunião de alto nível, realizada em 28 de outubro de 2013 (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan s.d.). Como parte de seus esforços para fortalecer a colaboração entre a ONU e diversas organizações internacionais, o Azerbaijão propôs iniciativas e apresentou uma proposta para desenvolver relações entre a ONU

affected territories [of Karabakh]” (UN General Assembly 2006).

5 O CSNU é composto por 15 membros, dos quais cinco são membros permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e dez são membros não permanentes eleitos pela Assembleia Geral da ONU para mandatos de dois anos. Membros não permanentes têm os mesmos direitos e responsabilidades que os membros permanentes, exceto pelo poder de veto. Eles podem votar em resoluções e participar de discussões em assuntos relacionados à paz e segurança internacional.

6 O Azerbaijão é o primeiro país da região do Cáucaso do Sul e da Ásia Central a ser eleito membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU. Entre os países da região da Comunidade de Estados Independentes (CEI), o Azerbaijão é a segunda nação a alcançar esse status no Conselho de Segurança.

e o Conselho de Cooperação dos Estados de Língua Turca, posteriormente denominado Organização dos Estados Túrquicos (Government of the Republic of Azerbaijan. s.d.b.). Esses esforços demonstraram o compromisso do Azerbaijão em promover o institucionalismo internacional e fomentar a cooperação entre diversas entidades globais.

O Azerbaijão também assumiu o papel de patrocinador de várias resoluções endossadas por órgãos da ONU. Essas resoluções abrangem temas como “Pessoas Desaparecidas” e “Libertação de mulheres e crianças feitas reféns, incluindo aquelas posteriormente aprisionadas, em conflitos armados”. Além de defender o estabelecimento de padrões universais de direitos humanos, o Azerbaijão enfatiza a necessidade de uma atenção redobrada a casos de violação em massa de direitos humanos, particularmente no contexto de conflitos armados (Ministério de Energia do Azerbaijão s.d.).

Além de estabelecer sua posição em relação ao conflito com a Armênia, o Azerbaijão também assume diferentes missões na ONU. Em dezembro de 2020, foi realizada uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU em Nova York dedicada ao combate à pandemia de COVID-19. O Azerbaijão, em nome do Movimento de Não Alinhados, propôs essa sessão especial dedicada a enfrentar a crise sanitária global causada pelo coronavírus. Posteriormente, em 16 de dezembro de 2021, o Azerbaijão, juntamente com o Movimento de Não Alinhados, liderou a apresentação de uma resolução⁷ na Assembleia Geral da ONU. Essa resolução visava garantir acesso justo, acessível, célere e universal às vacinas contra a COVID-19 para todas as nações. A resolução recebeu apoio de um número expressivo de 179 países-membros.

Além dessas principais atividades na sede da ONU, o Azerbaijão mantém uma estreita relação com diversas agências da organização, assumindo responsabilidades de presidência e governança. Em 2017, pela primeira vez nos seus 25 anos como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde sua independência, o Azerbaijão conquistou um assento no Conselho de Administração da Organização, passando a desempenhar um papel influente nos processos de tomada de decisão e iniciativas da OIT (Ministry of Labour and Social Protection of Population of the Republic of Azerbaijan s.d.). Ademais, o Azerbaijão demonstrou sua capacidade de liderança ao assumir posições de vice-presidência em órgãos da UNESCO em 2011 e ao se tornar um membro do Comitê Executivo da ACNUR em 2012.

O Azerbaijão sedia estrategicamente diversos eventos internacionais em colaboração com agências da ONU, incluindo o Fórum Mundial sobre

⁷ A resolução é intitulada “Garantindo acesso equitativo, acessível, célere e universal a vacinas para todos os países em resposta à pandemia de COVID-19”

Diálogo Intercultural em 2011, a 28th Conferência Regional da FAO para a Europa em 2012, o primeiro Fórum Global sobre Políticas para Juventude em 2014, o 7th Fórum da Aliança das Civilizações da ONU em 2016, o 4th Fórum Mundial sobre Diálogo Intercultural em 2017, o Fórum de Baku sobre Desenvolvimento Sustentável em 2018 e a conferência intitulada “Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desenvolvimento Sustentável e Promoção do Trabalho Decente” em 2018, entre outros. Esses fóruns servem para consolidar a imagem do Azerbaijão como um Estado comprometido, que se dedica a promover sociedades inclusivas, multiculturalismo, cooperação regional, desenvolvimento sustentável, paz e participação ativa nas atividades da ONU.

A cooperação com a UNESCO tem sido uma área de alta prioridade na política cultural do Azerbaijão desde sua adesão à organização, em 1992. Essa cooperação tem sido ampla e frutífera, resultando em um maior reconhecimento do patrimônio cultural do Azerbaijão, na preservação de locais históricos e na participação em eventos culturais internacionais. O país organizou diversos eventos de destaque internacional em parceria com a UNESCO, incluindo a celebração do 50th aniversário do poeta azerbaijano Fuzuli e a comemoração de 1.300 anos da epopeia de Dede Korkud. Ao longo dos anos, vários locais históricos e culturais, como Icherisheher e o Palácio dos Shirvanshahs, foram incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, enquanto o patrimônio imaterial do Azerbaijão, incluindo a música *mugham*, a arte *Ashug*, o feriado de Novruz e a tradição de preparar e compartilhar *dolma*⁸, foi reconhecido na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.b.). O Azerbaijão conscientemente direciona seus esforços na corrida para incluir o maior número possível de itens na lista, ciente de que a passividade poderia levar à desapropriação cultural do país.

O Azerbaijão tornou-se membro da Organização para a Cooperação Islâmica⁹ em dezembro de 1991 e, desde então, tem desempenhado um papel ativo na organização. O Azerbaijão atribui grande importância à OCI devido à identidade muçulmana compartilhada e à condição de exportadores de petróleo de muitos dos Estados-membros (Baylarov 2023, 17). A cooperação

8 A tradição do *dolma* é um conjunto de conhecimentos e habilidades relacionados ao preparo do prato tradicional “*dolma*”. É fundamental compreender o esforço genuíno do Azerbaijão tendo como pano de fundo a disputa não resolvida com a Armênia a respeito das origens do prato.

9 Fundada em 1969, com 57 Estados-membros, a OCI busca proteger os interesses do mundo muçulmano, promover desenvolvimento econômico e garantir a manutenção da paz internacional

no âmbito da OCI ocorre por meio de diversos comitês, como o Comitê de Ciência e Tecnologia (COMSTECH) e o Comitê Permanente de Cooperação Econômica e Comercial (COMCEC). Em novembro de 2011, Baku sediou a 29ª reunião do COMSTECH, promovendo ainda mais a cooperação nessa área entre os Estados-membros da OCI (Mincom.Gov.Az s.d.).

Em abril de 2013, Baku sediou a segunda conferência de Ministros do Trabalho dos Estados-membros da OCI, com foco em trabalho, emprego e proteção social. Durante a conferência, a criação do Centro do Trabalho da OIC foi proposta pelo Presidente Ilham Aliyev, recebendo a aprovação unânime dos chefes de delegação. Além disso, a participação ativa e a influência do Azerbaijão na OCI aumentaram ao longo dos anos, como demonstra a sua eleição como membro do Comitê Executivo para Questões Trabalhistas da OCI para o período de 2018-2020.

Vale ressaltar que a União Parlamentar da OCI reconheceu a tragédia de Khojaly como um ato de genocídio em janeiro de 2012, marcando a primeira vez na história que um organismo internacional reconheceu oficialmente o massacre de Khojaly como genocídio. Esse posicionamento claro da OCI em relação ao conflito de décadas reforçou ainda mais o alinhamento e a aproximação do Azerbaijão à organização, bem como seu compromisso com a promoção de valores islâmicos e da cooperação entre os Estados-membros (Baylarov 2023, 17). Baku foi declarada a capital da cultura islâmica por decisão da ISESCO em 2009 e, da mesma forma, em 2018, a cidade de Nakhichevan recebeu o mesmo título de prestígio da organização.

Apesar de ter aderido à Comunidade de Estados Independentes (CEI), o Azerbaijão manteve, em grande medida, o foco na cooperação bilateral com cada Estado-membro individualmente¹⁰. Contudo, o país continua interessado em participar da estrutura da CEI em questões de interesse nacional nas esferas política, econômica e humanitária, considerando a organização uma plataforma útil para o diálogo entre os Estados-membros, ainda que um diálogo de natureza predominantemente bilateral (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.b.). Em outubro de 2011, durante uma reunião do Conselho de Chefes de Estado da CEI em São Petersburgo, foi assinado um acordo sobre a zona de livre-comércio da organização, no entanto, o Azerbaijão não se tornou signatário, o que ilustra a postura reservada do país em relação à CEI, tendo como objetivo final preservar a organização como um

¹⁰ A Comunidade dos Estados Independentes (CEI) é uma organização focada no desenvolvimento da cooperação multilateral entre seus membros em diversas áreas, incluindo esferas econômicas, político-militares e humanitárias. Ela é composta por 8 órgãos estatutários, 69 órgãos de cooperação setoriais e 15 outros órgãos, totalizando mais de 90 entidades.

fórum de discussão.

A participação do Azerbaijão na CEI teve suas próprias dinâmicas e desafios. De fato, a adesão do Azerbaijão à CEI foi considerada significativa para evitar certos desdobramentos que poderiam isolar o país no espaço pós-soviético e, conseqüentemente, criar condições favoráveis para que a retórica armênia ganhasse destaque. O Azerbaijão utilizou efetivamente sua posição para vetar diversos documentos da CEI que protegiam exclusivamente interesses armênios (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.b.). A abordagem estratégica do país permitiu que protegesse seus interesses nacionais na organização e prevenisse desdobramentos que poderiam colocar sua independência ou segurança em risco.

O Azerbaijão participa ativamente da Organização de Cooperação Econômica (ECO) com uma política voltada para a liberalização da economia da região em diversas áreas, como comércio, investimento, transporte e energia (Mincom.Gov.Az s.d.; Ministry of Energy of Azerbaijan s.d.)¹¹. O Azerbaijão sediou as cúpulas da organização em 2006 e 2012. Durante esses eventos, Estados-membros adotaram documentos que refletiam princípios fundamentais, prioridades e direcionamentos regionais das relações sócio-econômicas e políticas entre eles. A Declaração de Baku, emitida ao final da cúpula de 2012, destaca a posição dos Estados-membros acerca do conflito entre o Azerbaijão e a Armênia, critica a Armênia pela violação da integridade territorial do Azerbaijão e apoia os interesses do Azerbaijão definidos internacionalmente (Economic Cooperation Organization 2012).

Em 2002, o ex-presidente do Azerbaijão, Heydar Aliyev, propôs a criação de um Centro de Pesquisa da ECO em Baku para aprimorar a eficácia da organização. Finalmente, após anos, em março de 2021, a Carta do Centro de Pesquisa da ECO foi assinada na 14th Cúpula da ECO. O objetivo principal do centro é facilitar a cooperação regional entre os Estados-membros com base em pesquisas econômicas e evidências empíricas. Além disso, reuniões importantes da organização relacionadas à energia foram realizadas em Baku, em junho de 2021. A 4th Reunião do Grupo de Especialistas de Alto Nível da ECO sobre Energia foi seguida pela 4th Reunião Ministerial de Energia da ECO. A “Declaração de Baku”, adotada ao final da reunião, visa intensificar a cooperação energética no âmbito da ECO. Além disso, a reunião resultou na adoção da Estratégia de Energia da ECO para 2030 e seu Plano de Ação, da

11 A Organização de Cooperação Econômica (ECO) é uma organização intergovernamental criada em 1985 com o objetivo de promover cooperação econômica, técnica e cultural entre seus membros, que incluem Turquia, Irã, Paquistão, Azerbaijão, Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tajiquistão e Turcomenistão. O Azerbaijão aderiu à ECO em novembro de 1992.

Carta do Centro de Energia Limpa e do Roteiro para o Mercado Regional de Eletricidade.

No âmbito do ECO, relatórios oficiais referiram-se recentemente ao conceito de “corredor” em relação aos documentos assinados pelo Azerbaijão, Rússia e Armênia após a Segunda Guerra de Karabakh em 2020. Isso demonstra o sucesso da política externa do Azerbaijão na promoção do termo “corredor Zangezur” dentro da região da ECO e chama a atenção dos principais atores regionais para esta rota de transporte (Government of the Republic of Azerbaijan n.d.b.)¹².

Por fim, entre as organizações tradicionais, cabe destacar também a participação do Azerbaijão na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) desde 1992, bem como analisar a natureza complexa e intrincada dessa relação. É importante reconhecer que a OSCE tem cooperado ativamente com o governo do Azerbaijão em projetos relacionados ao Estado de Direito, instituições democráticas, aperfeiçoamento da legislação, migração, igualdade de gênero, entre outros (Azərbaycan beynəlxalq aləmdə [Azerbaijão na arena internacional] s.d.). No entanto, um aspecto ainda mais relevante é que a OSCE criou, em 1994, o Grupo de Minsk da OSCE para conduzir o processo de paz e as negociações referentes ao conflito de Nagorno-Karabakh. O Grupo de Minsk é composto por três co-presidentes: Rússia, França e Estados Unidos.

Inegavelmente, o Grupo de Minsk e as partes em conflito conseguiram adotar, ainda que não plenamente, os “Princípios de Madri” como documento de trabalho que delineia as diretrizes básicas para uma resolução pacífica do conflito, durante o período de intenso engajamento entre 2007 e 2008¹³. Contudo, as tensões entre o Azerbaijão e o Grupo de Minsk atingiram o auge em 2008, depois que os co-presidentes votaram contra a resolução nº S/62/243 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que reafirmava a integridade territorial do Azerbaijão e exigia a retirada imediata das forças

12 O corredor de Zangezur é uma rota de transporte que passa pelas fronteiras mais ao sul da Armênia e conecta o Azerbaijão à Turquia, tendo se tornado inoperante após a Primeira Guerra de Karabakh (1988-1994).

13 Princípios básicos: evacuação e desmilitarização dos territórios ao redor Nagorno-Karabakh; um estatuto provisório para Nagorno-Karabakh que ofereça garantias de segurança e autogoverno; um corredor ligando a Armênia a Nagorno-Karabakh; a definição futura do estatuto jurídico definitivo de Nagorno-Karabakh por meio de uma manifestação de vontade juridicamente vinculativa; o direito de todas as pessoas deslocadas internamente e refugiados de retornarem aos seus locais de residência anteriores; e garantias internacionais de segurança que incluiriam uma operação de manutenção da paz.

armênias dos territórios ocupados (Shiriyev 2016, 445). Essa medida gerou decepção em Baku e colocou em xeque a integridade dos co-presidentes.

O Azerbaijão criticou o Grupo de Minsk devido à estagnação no processo de negociação atribuído ao grupo. O presidente Ilham Aliyev afirmou que “os co-presidentes do Grupo de Minsk receberam um mandato para se envolver diretamente nesta questão, mas estão contribuindo para o congelamento do conflito por meio de suas atividades destrutivas” e que “(...) as atividades destrutivas do Grupo de Minsk da OSCE servem para reforçar o status quo” (Aliyev 2016, tradução nossa¹⁴). Considerando que a principal prioridade da política externa do Azerbaijão é a resolução do conflito de Karabakh, fica evidente como o fracasso dos esforços de mediação e a falta de disposição demonstrada pelo Grupo de Minsk geraram ressentimento (Mammadov 2015, 32).

O Azerbaijão tem buscado resultados mais concretos e procurado ampliar o apoio internacional à sua posição em relação à questão da integridade territorial por meio de vias políticas e pacíficas. Nesse sentido, Baku tem explorado caminhos alternativos, como o estabelecimento de uma nova parceria com o Movimento de Não Alinhados (MNA) para divulgar sua posição em uma plataforma diferente, e chegou a considerar a possibilidade de transferir a responsabilidade de mediação da OSCE para as Nações Unidas, visto que a ONU detém maior autoridade política e jurídica (Shiriyev 2016, 454-55; Ismayilov 2014, 97-98). A decisão do Azerbaijão de aderir ao MNA e sua atuação na organização serão abordadas na seção a seguir.

Cooperação e construção de imagem por meio de novas adesões a Organizações Internacionais

A participação em organizações internacionais fortalece a posição, o reconhecimento e a legitimidade de um Estado na arena global. Isso demonstra o compromisso do Estado com normas, valores e princípios internacionais, o que pode influenciar positivamente sua imagem e seu prestígio perante a comunidade internacional. Por outro lado, as organizações internacionais oferecem uma plataforma para que os Estados expressem suas preocupações, defendam seus interesses e contribuam para a definição de agendas e políticas globais. Ao participarem ativamente de discussões nessas organizações, os

¹⁴ No original: “The co-chairs of the Minsk Group have received a mandate to engage directly in this issue, but are serving the freezing of the conflict by their destructive activities (...) the destructive activities of the OSCE Minsk Group serves to strengthen the status quo” (Aliyev 2016).

Estados promovem suas próprias perspectivas, valores e interesses. Essa participação ativa ajuda a construir a reputação do Estado como um ator construtivo e responsável, disposto, acima de tudo, ao diálogo. Além disso, as organizações internacionais podem criar oportunidades para que os Estados ampliem a cooperação para além da esfera política, abrangendo áreas como comércio, investimentos, economia e defesa.

Nesse sentido, o Azerbaijão realizou gestos simbólicos ao aderir a diversas organizações internacionais. Ao contrário da Armênia, o Azerbaijão ingressou no Movimento de Não Alinhados em 26 de maio de 2011, tornando-se a quarta ex-república soviética a fazê-lo, o que foi unanimemente bem recebido pelos Estados-membros do movimento. Como mencionado anteriormente, essa decisão foi motivada, em parte, pela frustração do Azerbaijão com a incapacidade e/ou falta de disposição da OSCE em abordar de forma eficaz o conflito de Karabakh. Ao se juntar ao MNA, o Azerbaijão buscou cultivar parcerias funcionais e acessar uma diferente plataforma para expressar suas preocupações, em vez de depender exclusivamente de aliados isolados (Strakes 2013, 40). O Azerbaijão sentiu a necessidade de diversificar seus laços para além de tradicionais parceiros ocidentais e de engajar com novos aliados na arena internacional (Ismayilov 2014).

A adesão marcou uma mudança significativa na estratégia de política externa do Azerbaijão, enfatizando a importância da diplomacia multilateral. É importante ressaltar que o Azerbaijão via o MNA como um aliado em potencial para resolução do conflito de Karabakh. O ex-Ministro das Relações Exteriores do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, reconheceu abertamente que “a adesão ao Movimento dos Não Alinhados proporcionaria a seu país uma ‘plataforma adicional’ para buscar e obter apoio para uma solução para o conflito, entendendo-se por solução não qualquer uma, mas sim uma solução nos termos de Baku” (Fuller 2013, 10, tradução nossa¹⁵). Os esforços do Azerbaijão no âmbito do MNA para abordar o conflito de Karabakh foram frutíferos. A inclusão de um parágrafo sobre o conflito no Documento Final da reunião ministerial do Gabinete de Coordenação do MNA, em maio de 2012, e na 18th Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do MNA, em 2019, demonstrou apoio à resolução do conflito com base em princípios como o respeito à integridade territorial, a não utilização de força e a inviolabilidade de fronteiras reconhecidas internacionalmente (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan s.d.; UNIDIR 2019, 160).

15 No original: “Membership in the Non-Aligned Movement would give his country ‘an additional platform’ to pursue and seek support for a solution to the conflict - meaning not just any solution but a solution on Baku’s terms” (Fuller 2013, 10).

O Azerbaijão sediou e organizou diversas reuniões e iniciativas no âmbito do MNA. O país sediou a 18th Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do movimento em outubro de 2019, que envolveu representantes de alto nível de 120 Estados-membros da ONU e 42 organizações internacionais. Como resultado, o Azerbaijão assumiu a presidência do movimento para o período de 2019-2022. Reconhecendo a presidência eficiente do Azerbaijão, os Estados-membros solicitaram a prorrogação de sua liderança por mais um ano, até 2023. O Azerbaijão adquiriu uma experiência valiosa durante sua liderança, fortalecendo o movimento como um ator global de peso (Huseynov 2023).

O traço distintivo da liderança do Azerbaijão coincide com o surgimento da COVID-19 e, conseqüentemente, com sua gestão eficaz da crise sanitária global por meio da organização. O Azerbaijão tomou a iniciativa de organizar a Reunião de Cúpula Virtual do Grupo de Contato do MNA em resposta à pandemia de COVID-19. Esse encontro avaliou o impacto da pandemia nos Estados-membros e identificou suas necessidades quanto a possíveis medidas paliativas e de acompanhamento no mais alto nível de tomada de decisão (Azərbaycan beynəlxalq aləmdə [Azerbaijan in the international arena.] s.d.). O resultado da reunião foi a adoção da Declaração e a criação de uma Força-Tarefa de Combate à Pandemia de COVID-19. Posteriormente, o Azerbaijão, em nome do MNA, propôs uma resolução intitulada “Garantir o acesso equitativo, acessível, célere e universal de todos os países em resposta à pandemia de COVID-19” durante a 76th sessão da Assembleia Geral da ONU. Essa resolução destacou o papel fundamental do MNA, sob a liderança do Azerbaijão, nos esforços globais de combate à pandemia.

Como parte de um esforço contínuo, o Azerbaijão sediou mais uma reunião de cúpula do Grupo de Contato do MNA para abordar a recuperação pós-pandemia. Nessa mesma reunião, o presidente Ilham Aliyev delineou a missão do MNA como a de “desempenhar um papel mais visível e efetivo na arena internacional e participar ativamente na transformação da nova ordem mundial” (Huseynov 2023; Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan s.d., tradução nossa¹⁶). Além disso, o Azerbaijão tomou a iniciativa de organizar a primeira Cúpula da Juventude do MNA, paralelamente à Cúpula do MNA em Baku, em 2019. O evento teve como objetivo facilitar o intercâmbio de ideias, visões e perspectivas entre jovens representantes dos Estados-membros do MNA, concentrando-se nos desafios atuais e no desenvolvimento sustentável (UNIDIR 2019).

¹⁶ No original: “to perform a more visible and effective role in the international arena and actively participate in the transformation of the new world order” (Huseynov 2023; Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan s.d.).

Outra organização da qual o Azerbaijão é membro há relativamente pouco tempo é o Conselho da Europa. Em 2001, o Azerbaijão ingressou no Conselho da Europa, uma importante organização de direitos humanos no continente, sinalizando sua disposição à integração com o Ocidente. Desde 2002, o país é signatário da Convenção para Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, um instrumento jurídico primordial do Conselho Europeu para a proteção dos direitos humanos. O Azerbaijão também ratificou cerca de 60 convenções de direitos humanos, concentrando-se principalmente em direitos sociais (Ministry of Labour and Social Protection of Population of the Republic of Azerbaijan s.d.). A adesão ao Conselho da Europa ajudou o Azerbaijão a expandir seus laços diplomáticos e diversificar parceiros, tendo como objetivo final defender seus interesses nacionais e impedir desequilíbrios de poder na região que pudessem prejudicar o país (Valiyev e Mamishova 2019a, 279).

O Azerbaijão participou ativamente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE) desde que se tornou membro pleno. A delegação azerbaijana contestou os argumentos da Armênia durante sessões e garantiu a circulação de documentos que exigiam a condenação dos crimes de guerra cometidos pela Armênia contra a população do Azerbaijão durante o conflito de Karabakh (isto é, o massacre de Khojaly), bem como informações sobre a situação dos detidos na Armênia e em Karabakh (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan s.d.). Em 2005, a PACE aderiu à Resolução 1416 e à Recomendação 1690, instando a Armênia a “retirar as forças militares de todos os territórios ocupados do Azerbaijão e a buscar a solução pacífica do conflito em conformidade com as resoluções do CSNU” (Parliamentary Assembly of the Council of Europe 2005a; Parliamentary Assembly of the Council of Europe 2005b, tradução nossa¹⁷). Uma posição semelhante foi reiterada no documento de moção 13546 e no relatório 13930, de 2014 e 2015, respectivamente. A Assembleia condenou a ocupação de território estrangeiro por um Estado-membro como uma violação grave das obrigações estatais no âmbito do Conselho da Europa (Parliamentary Assembly of the Council of Europe 2014).

Por outro lado, Baku teve um papel fundamental na promoção do intercâmbio cultural entre o Ocidente e o Oriente, ao sediar a conferência dos Ministros da Cultura do Conselho da Europa em 2008 e convidar seus homólogos da Organização para Cooperação Islâmica (Habibbeyli 2017,

17 No original: “*withdraw military forces from all occupied territories of Azerbaijan, and for the peaceful settlement of the conflict in accordance with the resolutions of UNSC*” (Parliamentary Assembly of the Council of Europe 2005a; Parliamentary Assembly of the Council of Europe 2005b).

41). Essa iniciativa foi seguida pela realização, em 2009, no Azerbaijão, da Conferência de Ministros da Cultura da Organização para Cooperação Islâmica, que permitiu a participação de ministros da cultura de países europeus. O Fórum Mundial sobre o Diálogo Intercultural, realizado a cada dois anos, promove ainda mais o diálogo e compreensão intercultural entre as duas organizações e civilizações.

Fundador e idealizador de organizações internacionais

A Organização dos Estados Túrquicos, anteriormente conhecida como Conselho de Cooperação dos Estados de Língua Túrquica ou Conselho Turquico, foi fundada em 2009 como uma organização intergovernamental com o objetivo principal de promover uma cooperação abrangente entre os países de língua túrquica. O Conselho Túrquico foi criado com base no Acordo de Nakhchivan, assinado durante uma cúpula realizada em Nakhchivan, no Azerbaijão. A organização busca alcançar a cooperação entre os países de língua túrquica em diversas áreas. Estão sendo realizados esforços para “fortalecer a confiança mútua; estabelecer a paz na região; promover uma abordagem comum em relação à política externa; coordenar o combate ao terrorismo internacional, separatismo, extremismo e crimes transnacionais; criar condições favoráveis para relações comerciais e investimentos; expandir as relações nos campos da ciência, tecnologia, educação e cultura” (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.a, tradução nossa¹⁸).

Seus membros fundadores são o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Quirguistão e a Turquia. As relações destes países vão além da cooperação política e econômica e são determinadas por raízes, religião, história, cultura e valores partilhados (Habibbeyli 2017, 41). Particularmente, o vínculo entre o Azerbaijão e a Turquia é frequentemente descrito como “uma nação, dois Estados”. Para atingir os objetivos acima mencionados, a organização opera organizações relacionadas/afiliadas, como a TURKSOY, a Academia Turca, a TURKPA (Assembleia Parlamentar) e a Fundação de Cultura e Patrimônio Turquico. Por exemplo, a TURKSOY participa de diversas atividades, incluindo a implementação de programas e projetos conjuntos, a preservação e pesquisa de valores culturais partilhados e a promoção de intercâmbios

¹⁸ No original: “to strengthen mutual trust; establish peace in the region; promote a common approach to foreign policy; coordinate the fight against international terrorism, separatism, extremism and transnational crime; create favorable conditions for trade relations and investment; expand mutual relations in the fields of science, technology, education and culture” (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.a.).

culturais. O presidente Ilham Aliyev e a Assembleia Nacional do Azerbaijão apoiam ativamente e dão prioridade aos desenvolvimentos desta organização. A institucionalização e a estruturação das relações políticas e econômicas entre os Estados de língua túrquica são consideradas importantes para o Azerbaijão e podem ser aprofundadas através das iniciativas da TURKSOY.

O Azerbaijão também é membro fundador da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro (OCEMN), estabelecida em 1992. A participação do país na organização visa demonstrar e fortalecer seu papel particular na região do Mar Negro, apresentar uma abordagem construtiva, integrar-se às estruturas europeias, aprimorar o potencial de transporte e trânsito do Azerbaijão, estabelecer cooperação multilateral, estender sua influência a regiões vizinhas e proteger interesses estratégicos (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.b.). O Azerbaijão presidiu a OCEMN em diversas ocasiões, notadamente em 2003, 2004, 2009 e 2018, e sediou mais de 20 eventos em diferentes níveis da organização. Durante essas reuniões e os períodos de presidência do país, foram implementados projetos de cooperação nas áreas de transporte, energia, comunicação e comércio. O Azerbaijão enfatiza o desenvolvimento da cooperação no âmbito da organização com base em interesses mútuos em diversas áreas prioritárias, incluindo comércio, alfândega, transporte, energia, meio ambiente, informação e comunicação, pesquisa científica e tecnologia. O Azerbaijão tem apoiado ativamente iniciativas para aumentar a eficiência da OCEMN.

A Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico (GUAM) é outra organização fundada pelo Azerbaijão em aliança com a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia¹⁹. A Carta da GUAM enfatiza a importância da cooperação regional baseada no respeito à soberania dos Estados, com o objetivo de promover a democracia, a segurança, a estabilidade, o desenvolvimento econômico e a prosperidade social, em oposição ao separatismo, ao extremismo e aos conflitos na região (GUAM 2019). A GUAM passou por várias etapas de reestruturação institucional, começando pelo Fórum Consultivo da GUAM em 1997, seguido pelo estabelecimento da Associação da GUAM em 2001 e, finalmente, pela criação da Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico em 2006, formalizada por meio da adoção da Carta da Organização na Cúpula de Kiev.

Como Estado-membro fundador, o Azerbaijão participa ativamente da GUAM e apoia os esforços da organização para se tornar uma instituição mais voltada a projetos. O Azerbaijão atribui especial importância à cooperação mutuamente benéfica em diversas áreas, como comércio, transporte,

¹⁹ O Uzbequistão aderiu posteriormente, em 1999, mas retirou-se em 2005.

alfândega, energia, turismo, tecnologia e agricultura. O país também é idealizador e participante ativo de projetos voltados para facilitar e digitalizar as rotas comerciais e de transporte da região. O Azerbaijão presidiu o GUAM em diversas ocasiões, especificamente em 2007-2008, 2012, 2016 e 2020.

A organização visa abordar questões importantes para os países participantes por meio de esforços conjuntos, destacando-se a promoção da resolução pacífica de conflitos, o combate ao separatismo, o desenvolvimento de corredores de transporte seguros e a colaboração com instituições europeias e transatlânticas (Baylarov 2023, 18). Os presidentes dos Estados-membros da GUAM enfatizaram a necessidade de fortalecer a cooperação quadrilateral com base em princípios como o respeito à soberania, à integridade territorial, à inviolabilidade das fronteiras estatais, à democracia, ao Estado de direito, aos direitos humanos e à cooperação humanitária (Ministry of Energy of Azerbaijan s.d.). Os princípios fundadores e o ponto de partida da cooperação da GUAM refletem preocupações comuns dos Estados-membros, as quais, em última análise, levam esses Estados a adotar uma posição conjunta e a demonstrar solidariedade diante de ameaças externas à segurança de seus Estados.

Cooperação sem adesão plena: modelos de parceria personalizados com organizações internacionais

A relação do Azerbaijão com a União Europeia (UE) evoluiu e se estreitou desde a conquista da independência em 1991, embora o país não busque a adesão formal à UE (Chufrin 2019, 17). Inicialmente, o foco recaía sobre a assistência técnica, em razão dos desafios econômicos do país e do conflito com a Armênia em torno de Karabakh (Van Gils 2018, 740). O engajamento entre o Azerbaijão e a UE alcançou uma dimensão abrangente com o Acordo de Parceria e Cooperação assinado em 1996. Estruturas políticas subsequentes, como a “Política Europeia de Vizinhança” (PEV), de 2004, e o programa “Parceria Oriental” (EaP), de 2009, reforçaram valores europeus, tais como democratização, boa governança e reformas de mercado, e visaram à cooperação multilateral.

A integração às instituições europeias é uma prioridade fundamental na política externa do Azerbaijão (Valiyev 2017, 136). Desde que ingressou no Conselho da Europa em 2001, o Azerbaijão tem dado passos significativos para alinhar sua legislação aos padrões da UE. Foram estabelecidas relações estreitas com a Comissão de Veneza do Conselho da Europa, que visa à democratização na legislação. O Azerbaijão também assinou os Protocolos

e a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais em 2001 e 2002, respectivamente.

Após a adesão do Azerbaijão à Política Europeia de Vizinhança (PEV), uma nova estrutura política para as relações entre o Azerbaijão e a UE, denominada “Plano de Ação República do Azerbaijão-UE”, foi adotada em 2006. Esse Plano de Ação, que substituiu o Acordo de Parceria e Cooperação, estabeleceu 10 áreas prioritárias para desenvolvimento futuro, incluindo a resolução pacífica do conflito de Karabakh, o fortalecimento da democracia, a melhoria do ambiente de negócios e de investimentos, o aprimoramento dos serviços alfandegários e a promoção da cooperação em energia e transportes entre a UE e o Azerbaijão (Ministry of Energy of Azerbaijan s.d.).

O Azerbaijão é uma das seis ex-repúblicas soviéticas que participam do programa Parceria Oriental, destinado a apoiar reformas políticas e econômicas e a promover laços mais estreitos entre os países da região e a UE. O Azerbaijão obteve apoio da UE para a construção de gasodutos destinados ao transporte de gás azerbaijano para a Europa. Baku também negociou um acordo de facilitação de vistos e de readmissão, o que simplificou o processo de obtenção de vistos para cidadãos azerbaijanos. Por exemplo, graças ao acordo de facilitação de vistos, um grande número de estudantes teve a oportunidade de cursar o ensino superior em instituições europeias com menos obstáculos e burocracia.

As relações entre o Azerbaijão e a UE são frequentemente vistas como sendo impulsionadas, sobretudo, por considerações pragmáticas. O Azerbaijão concentra-se particularmente na cooperação na esfera econômica, que não estabelece compromissos políticos juridicamente vinculantes (Rasizade 2003). Os países da UE são os maiores parceiros comerciais e investidores do país, ao passo que o Azerbaijão é considerado um importante parceiro estratégico no setor energético, fornecendo recursos para suprir uma parcela considerável das necessidades de petróleo e gás da UE (Chufrin 2019, 17). O Azerbaijão atua como um elo da Europa com a região mais ampla do Cáspio, onde se localizam campos ricos em recursos energéticos, e desempenha o papel de um “parceiro-chave em projetos energéticos regionais do Cáspio” (Makili-Aliyev 2013, 10, tradução nossa²⁰).

De fato, o setor energético tem sido um fator determinante na cooperação entre o Azerbaijão e a UE desde o início da década de 1990 (Mammadov 2015, 33). As relações energéticas têm girado em torno do Corredor Sul de Gás (SGC). O SGC consiste em três gasodutos que conectam

20 No original: “*key partner on Caspian regional energy projects*” (Makili-Aliyev 2013, 10).

a energia do Azerbaijão à Geórgia, Turquia, Grécia, Albânia e, então, à Itália²¹. O principal fornecedor para o SGC é o campo de Shah Deniz – localizado no setor do Mar Cáspio pertencente ao Azerbaijão. A UE assinou um Memorando de Entendimento com o Azerbaijão em 2006 e, mais tarde, a Declaração Conjunta sobre o Corredor Sul em 2011, reiterando os compromissos da União com projetos energéticos. Além disso, em 2016, essas bases foram ainda mais ampliadas sob um novo programa da UE, graças ao qual o Azerbaijão pôde aproveitar os recursos tecnológicos e financeiros da UE para consolidar sua política energética (Chufrin 2019, 17).

Embora o tripé energia-comércio-investimento seja um fator determinante nas relações, existe uma esfera não econômica na qual o Azerbaijão exige maior engajamento da UE: o conflito de Karabakh. O Azerbaijão acredita que a UE deve desempenhar um papel mais assertivo e buscar um maior envolvimento na resolução desse conflito. A questão é a principal preocupação securitária do Azerbaijão, a ponto de definir as relações entre o país e a UE. A UE aborda o conflito no âmbito da segurança regional liderada pela OSCE, organização considerada parcial no conflito entre o Azerbaijão e a Armênia (Van Gils 2018, 747–48). Em certo momento, o Azerbaijão sugeriu a inclusão de um representante da UE no Grupo de Minsk (Van Gils 2018, 747–48). O papel limitado da UE no conflito contrasta com o desejo do Azerbaijão de obter maior apoio do bloco à sua reivindicação por justiça e integridade territorial – valores que, aparentemente, a UE preza.

Ainda assim, a UE não contesta o fato de que Karabakh é parte integrante do Azerbaijão e condenou oficialmente as eleições presidenciais e parlamentares da autoproclamada república, classificando-as como ilegais e como um obstáculo à resolução do conflito (Fuller 2013, 9). O Parlamento Europeu (PE) adotou três resoluções específicas, em 2010, 2012 e 2013, exigindo o abandono do status quo criado por meio de força na região de Karabakh, a retirada das forças armênias dos territórios ocupados e a resolução do conflito em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e os princípios do Grupo de Minsk da OSCE (Ismayilov 2014). Tanto a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa quanto o PE condenaram a ocupação de territórios azerbaijanos por meio de resoluções, mas nenhuma sanção foi imposta em consequência disso para atender às expectativas do Azerbaijão (Makili-Aliyev 2013, 6–7).

A OTAN é mais uma organização ‘ocidental’ com a qual o Azerbaijão

21 Esses três gasodutos são o Gasoduto do Cáucaso do Sul (SCP), que passa pelo Azerbaijão e pela Geórgia; o Gasoduto Trans-Anatoliano (TANAP), que atravessa a Turquia; e o Gasoduto Trans-Adriático (TAP), que conecta a Grécia, a Albânia e a Itália.

tem buscado ativamente a cooperação (militar) desde a sua participação no Conselho de Cooperação do Atlântico Norte – um fórum consultivo sucedido pelo Conselho de Parceria Euro-Atlântica em 1997²². O quadro da Parceria para a Paz, assinado em 1994, estabeleceu as bases para o engajamento do Azerbaijão com a OTAN, abrangendo o diálogo político, a participação em operações lideradas pela Aliança e a cooperação na reforma da defesa. O Azerbaijão também aderiu ao Processo de Planejamento e Revisão em 1997, visando alcançar interoperabilidade e compatibilidade com as tropas da OTAN e, assim, alinhar suas forças armadas aos padrões ocidentais. O país demonstrou seu compromisso com a segurança internacional ao participar de operações lideradas pela OTAN no Afeganistão, no Iraque e no Kosovo. O envolvimento do Azerbaijão nessas operações sinalizou sua disposição em assumir responsabilidades mais amplas em matéria de segurança (Valiyev e Mamishova 2019b, 279).

Devido a preocupações de segurança mais amplas que também abrangem a região do Cáucaso do Sul, a OTAN atribui importância estratégica ao Azerbaijão e tem intensificado seu engajamento com o país. Além da cooperação em diversas questões de segurança, como o fornecimento de treinamento e assistência às forças armadas azerbaijanas, o Azerbaijão também se mostrou indispensável para a aliança na Rede de Distribuição do Norte, que foi crucial para os esforços militares da OTAN no Afeganistão. As forças armadas do Azerbaijão participaram da missão de não combate da OTAN denominada “*Resolute Support*” no Afeganistão, com um contingente de militares atuando ao lado das forças da OTAN (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.).

Por fim, mas não menos importante, o Azerbaijão participa ativamente dos esforços da OTAN relacionados à coordenação de resposta a desastres e à proteção de infraestruturas energéticas críticas. “O Azerbaijão é o único país, entre os parceiros da OTAN, envolvido na importante questão da infraestrutura energética” (Mammadov 2015, 33, tradução nossa²³). O país contribui para o

22 Os membros do conselho “trocam regularmente pontos de vista sobre questões atuais de política e segurança... Também ocorrem consultas e cooperação de longo prazo em uma ampla gama de áreas. Essas áreas incluem gestão de crises e operações de apoio à paz; problemas regionais; controle de armas e questões relacionadas à não proliferação de armas de destruição em massa; terrorismo internacional; questões de defesa, como planejamento, orçamento, política e estratégia; resposta a emergências civis; cooperação em armamentos; segurança nuclear; coordenação civil-militar da gestão do tráfego aéreo; e cooperação científica” (OTAN, Conselho de Parceria Euro-Atlântica, 2023).

23 No original: “*Azerbaijan is the only country among NATO’s partner countries involved*

compartilhamento de informações de inteligência, treinamento em combate ao terrorismo e aprimoramento da segurança de fronteiras e infraestruturas, em colaboração com os aliados da OTAN (Government of the Republic of Azerbaijan s.d.b).

No entanto, a adesão do Azerbaijão ao Movimento Não Alinhado em 2011 sinalizou a intenção do país de buscar uma cooperação pragmática e mutuamente benéfica na área de segurança, sem se comprometer a integrar qualquer aliança militar, inclusive a OTAN. O Azerbaijão busca parcerias que tragam vantagens, sem o compromisso de adesão a blocos militares específicos. O país mantém uma abordagem equilibrada e neutralidade militar na região, embora concentre esforços no aumento de sua capacidade de defesa e no desenvolvimento de suas forças armadas por quaisquer meios, inclusive a colaboração com a OTAN. O Azerbaijão não considera a adesão à OTAN ou à Organização do Tratado de Segurança Coletiva para esse motivo como um plano realista (*Azərbaycan beynəlxalq aləmdə* [Azerbaijan in the international arena] s.d.). Em vez disso, prioriza a integração ao sistema de segurança europeu, ao mesmo tempo em que mantém sua própria linha independente de segurança militar.

Com o intuito de prevenir qualquer possibilidade de isolamento no campo energético, o Azerbaijão nunca deixa de considerar organizações e formatos de cooperação relacionados à energia. O Azerbaijão, um país não pertencente à OPEP, coopera estreitamente com a organização no formato “OPEP+”. O principal objetivo dessa cooperação é estabelecer um consenso em relação ao mercado global de petróleo, acompanhando tanto a demanda quanto a oferta. O Azerbaijão sediou reuniões importantes da Comissão Técnica Conjunta e do Comitê Ministerial Conjunto de Monitoramento em 2019, nas quais foram discutidos o progresso em relação aos compromissos assumidos e as tendências globais do mercado de petróleo. A relevância do país no setor de energia também é evidenciada por seu status de observador no Fórum dos Países Exportadores de Gás (GECF). O envolvimento do Azerbaijão no GECF possibilita o desenvolvimento de gasodutos de trânsito e exportação, a regulamentação da produção sustentável de gás, a exploração de interconexões de gasodutos no Cáspio e a introdução de inovações para garantir a segurança energética na região do Cáspio (Ministry of Energy of Azerbaijan s.d.).

Conclusão

in the important issue of energy infrastructure” (Mammadov 2015, 33).

A participação ativa do Azerbaijão em diversas organizações internacionais tem sido instrumental para promover seus interesses e ampliar a cooperação em várias frentes. Por exemplo, “as Resoluções 822, 856, 874 e 884 do CSNU, a Resolução da AGNU, bem como decisões e resoluções adotadas pelo NAM, a OSCE, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu, a OCI e outras instituições internacionais constituem as bases legais internacionais para a resolução do conflito de Karabakh” (Habibbeyli 2017, 43, tradução nossa²⁴). Embora autores prefiram evitar a adoção do termo ainda impreciso e arbitrário de “pequena potência” para a fundamentação teórica deste artigo, concordam com o argumento apresentados por estudiosos como Asle Toje e Tom Long que pequenos Estados, neste caso o Azerbaijão, buscam obter influência e alcançar seus objetivos políticos – denominados como política externa nesta pesquisa – por meio do engajamento ativo com organizações internacionais, considerando essas organizações, entre outros fatores, como uma alternativa para minimizar os altos custos da diplomacia bilateral com cada país na política externa²⁵. No âmbito das organizações internacionais, o Azerbaijão tem participado ativamente de atividades de comitês, sediado cúpulas, proposto resoluções, defendido iniciativas para promover o diálogo e a cooperação e abordado desafios globais. A participação do Azerbaijão em organizações internacionais têm desempenhado um papel crucial na projeção de sua imagem como um ator global responsável e no avanço de seus interesses no cenário internacional.

O Azerbaijão tomou várias iniciativas no âmbito da ONU, da OCI, da CEI, da ECO e da OSCE – o que autores chamam de organizações tradicionais para o Azerbaijão – para promover seus interesses nacionais, conscientizar sobre o conflito entre Armênia e Azerbaijão e buscar apoio para a resolução da questão de Karabakh. Através de seu envolvimento nessas organizações, o Azerbaijão tem conseguido atrair a atenção internacional para a sua integridade territorial, angariar apoio à sua posição e defender soluções pacíficas. Os esforços diplomáticos do Azerbaijão, a apresentação de resoluções, a realização de eventos internacionais e a participação ativa de processos de tomada de decisão solidificaram seu papel como um ator global

24 No original: “UNSC Resolutions 822, 856, 874 and 884, the UNGA Resolution, as well as decisions and resolutions adopted by the NAM, the OSCE, the Council of Europe, the European Parliament, the OIC, and other international institutions, constitute the international legal grounds for the resolution of the Karabakh conflict” (Habibbeyli 2017, 43).

25 Ver “The European Union as a Small Power” (<https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02128.x>), de Asle Toje, e “Small States, Great Power? Gaining Influence Through Intrinsic, Derivative, and Collective Power” (<https://doi.org/10.1093/isr/viwo40>), de Tom Long.

proativo e promotor da cooperação e diálogo internacionais.

O Azerbaijão sempre buscou novas adesões a organizações internacionais, adotando uma abordagem estratégica e proativa para avançar seus interesses nacionais, ampliando seu reconhecimento global e participando ativamente do estabelecimento de agendas globais. Ao ingressar em organizações como o MNA e o Conselho da Europa, o Azerbaijão diversificou seus laços diplomáticos, engajou-se com novos aliados e utilizou plataformas para expressar suas preocupações e defender sua posição. O envolvimento ativo do país no MNA permitiu que o Azerbaijão abordasse o conflito de Karabakh, enquanto a liderança do Azerbaijão no âmbito da organização durante a pandemia de COVID-19 demonstrou sua capacidade de gerir crises sanitárias globais e contribuir para a resposta internacional. Além disso, a adesão ao Conselho da Europa proporcionou oportunidades ao Azerbaijão para fortalecer seu compromisso com direitos humanos e participar de discussões parlamentares para chamar a atenção para a agressão da Armênia e defender a resolução do conflito.

O Azerbaijão promove seus interesses nacionais investindo na criação de novas frentes de cooperação. Como membro fundador da Organização dos Estados Túrquicos, o Azerbaijão demonstra seu compromisso com a ampliação da cooperação entre países de línguas túrquicas em diversas áreas, guiada por raízes, história e cultura compartilhadas. O Azerbaijão, como um dos idealizadores da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro, demonstra sua abordagem construtiva e seu papel regional, contribuindo para o potencial de transporte e trânsito e defendendo interesses estratégicos. Ademais, como membro fundador da GUAM, o Azerbaijão atua ativamente na promoção da democracia, segurança, desenvolvimento econômico e resolução de conflitos na região. Através de sua participação ativa, presidência e apoio a iniciativas, o Azerbaijão continua tendo um papel fundamental no estabelecimento e avanço da cooperação regional nessas organizações.

Por outro lado, o Azerbaijão tem sido proativo na busca por parcerias com instituições ocidentais, como o Conselho da Europa, a OTAN, a OSCE e a União Europeia. Por meio de seu engajamento com essas organizações internacionais, o Azerbaijão tem buscado estrategicamente parcerias e mecanismos de cooperação adaptados aos seus interesses, dando ênfase a uma colaboração pragmática e mutuamente benéfica, em vez de buscar a adesão plena. O Azerbaijão tem estabelecido uma cooperação próxima com a OTAN, alinhando suas capacidades de defesa e participando em diversas áreas, como a reforma militar, o setor de defesa, segurança energética, cibersegurança e assistência humanitária. Em relação a organizações e formas de cooperação relacionadas à energia, o Azerbaijão demonstra seu compromisso em manter-

se informado, influenciar narrativas e promover a cooperação regional e mundial em energia.

Referências

- Economic Cooperation Organization. 2012. *12th Summit and 20th COM*. <https://eco.int/12th-summit-and-20th-com/>.
- Government of the Republic of Azerbaijan. s.d.a. *Azerbaijan - Organisation of Turkish States*. Acesso em 13 jun. 2023. <https://azerbaijan.az/en/related-information/201>.
- Government of the Republic of Azerbaijan. s.d.b. *Azerbaijan - UN*. Acesso em 22 jun. 2023. <https://azerbaijan.az/en/related-information/191>.
- Azərbaycan beynəlxalq aləmdə. s.d. *Presidential Library*. <https://files.preslib.az/projects/azerbaijan/gl9.pdf>.
- Baylarov, Mehrban. 2023. “Analysis of Challenges and Opportunities for Azerbaijan in the International Arena.” *Electronic Research Journal of Social Sciences and Humanities* 5 (II): 11–23.
- GUAM. 2019. Charter of Organization for Democracy and Economic Development. <https://guam-organization.org/en/charter-of-organization-for-democracy-and-economic-development-guam/>.
- Chufrin, G. 2019. “Международные организации экономического сотрудничества на постсоветском пространстве.” *ПРОБЛЕМЫ ЕВРАЗИЙСКОЙ ИНТЕГРАЦИИ*: 9–20. <https://doi.org/10.20542/2073-4786-2019-4-9-20>.
- Mincom.Gov.Az. Cooperation with International Organizations. Acesso em 22 jul. 2023. <https://mincom.gov.az/en/view/pages/70>.
- UNIDIR. 2019. Final Document of the 18th NAM Summit. <https://unidir.org/node/6072>.
- Fuller, Elizabeth. 2013. “Azerbaijan’s Foreign Policy and the Nagorno-Karabakh Conflict.” *Istituto Affari Internazionali*, abril. <https://www.jstor.org/stable/resrepo9668>.
- Habibbeyli, Arastu. 2017. “Reconsidering Azerbaijan’s Foreign Policy on the 25th Anniversary of Restored Independence.” *Perceptions* XXII (1): 29–48.
- Huseynov, Vasif. 2023. “Azerbaijan Empowers the Non-Aligned Movement as a Formidable Global Actor - EU Reporter.” *Eureporter*, 6 de março de 2023. <https://www.eureporter.co/world/azerbaijan->

- world/2023/03/06/azerbaijan-empowers-the-non-aligned-movement-as-a-formidable-global-actor/.
- Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Azerbaijan. n.d. *International Organisations*. Acesso em 5 jun. 2023. <https://mfa.gov.az/en/category/xin.gov.az>.
- Ministry of Energy of Azerbaijan. s.d. *International Organizations*. Acesso em 1 jun. 2023. <https://minenergy.gov.az/en/>.
- Ismayilov, Murad. 2014. "Power, Knowledge, and Pipelines: Understanding the Politics of Azerbaijan's Foreign Policy." *Caucasus Survey* 2 (1): 79–129. <https://doi.org/10.1080/23761199.2014.11417304>.
- Makili-Aliyev, Kamal. 2013. "Azerbaijan's Foreign Policy: Between East and West." *Istituto Affari Internazionali*, January. <http://www.jstor.com/stable/resrep09669>.
- Mammadov, Farhad. 2015. "Azerbaijan's Foreign Policy – A New Paradigm of Careful Pragmatism." *The South Caucasus Between Integration and Fragmentation*, maio, 29–36.
- NATO. 2023. *Euro-Atlantic Partnership Council*. Acesso em 28 jun. 2023. https://web.archive.org/web/20231203204223/https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49276.htm.
- Rasizade, Alec. 2003. "Azerbaijan in Transition to the "New Age of Democracy". *Communist and Post-Communist Studies* 36 (3): 345–72. [https://doi.org/10.1016/S0967-067X\(03\)00043-6](https://doi.org/10.1016/S0967-067X(03)00043-6).
- Ministry of Labour and Social Protection of Population of the Republic of Azerbaijan. s.d. *Relations with International Organizations*. Acesso em 7 jun. 2023. <https://www.sosial.gov.az/>.
- UN Security Council. 1993. *Resolution 822 (1993) / Adopted by the Security Council at Its 3205th Meeting, on 30 April 1993*. <https://digitallibrary.un.org/record/165604>.
- Shiriyev, Zaur. 2016. "Azerbaijan's Perspectives on the Osce Minsk Group: Complicity in the Status Quo?" *Security and Human Rights* 27 (3-4): 442–466. <https://doi.org/10.1163/18750230-02703016>.
- Aliyev, Ilham. 2016. *Speech by Ilham Aliyev at the Nationwide Festivities on the Occasion of Novruz Holiday*. Discurso proferido em 19 de março de 2016. Presidente da República do Azerbaijão. <https://president.az/en/articles/view/19436>.
- Strakes, Jason E. 2013. "Situating the 'Balanced Foreign Policy': The Role of System Structure in Azerbaijan's Multi-Vector Diplomacy." *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 15 (1): 37–67. <https://doi.org/10.1080>

/19448953.2013.766085.

Parliamentary Assembly of the Council of Europe. 2005a. "The Conflict over the Nagorno-Karabakh Region Dealt with by the OSCE Minsk Conference." *Resolution 1416*, 25 de janeiro de 2005. <https://pace.coe.int/en/files/17289>.

Parliamentary Assembly of the Council of Europe. 2005b. "The Conflict over the Nagorno-Karabakh Region Dealt with by the OSCE Minsk Conference." *Recomendação 1690*, 25 de janeiro de 2005. <https://pace.coe.int/en/files/17290>.

Parliamentary Assembly of the Council of Europe. 2014. "The Armed Occupation of Azerbaijani Territories by Armenia." *Doc. 13546, Motion for a Resolution*, 24 de junho de 2014. <https://pace.coe.int/en/files/21042>.

UN General Assembly. 2004. "The Situation in the Occupied Territories of Azerbaijan - Letter Dated 11 Nov 2004 from the Permanent Representative of Azerbaijan to the UN Addressed to the President of the GA (A/59/568)" *Reliefweb*, 11 de novembro. <https://reliefweb.int/report/armenia/situation-occupied-territories-azerbaijan-letter-dated-11-nov-2004-permanent>.

UN General Assembly. 2006. *The Situation in the Occupied Territories of Azerbaijan: Resolution Adopted by the General Assembly*. <https://digitallibrary.un.org/record/1493339>.

Valiyev, Anar. 2017. "Azerbaijan's Foreign Policy: What Role for the West in the South Caucasus?" In *Eastern Voices: Europe's East Faces an Unsettled West*, organizado por Daniel S. Hamilton e Stefan Meister. Center for Transatlantic Relations. <https://transatlanticrelations.org/publications/eastern-voices-europes-east-faces-an-unsettled-west/>.

Valiyev, Anar, e Narmina Mamishova. 2019a. "Azerbaijan's Foreign Policy towards Russia since Independence: Compromise Achieved." *Southeast European and Black Sea Studies by Routledge*, February, 269–91. <https://doi.org/10.1080/14683857.2019.1578053>.

———. 2019b. "Azerbaijan's Foreign Policy towards Russia since Independence: Compromise Achieved." *Southeast European and Black Sea Studies* 19 (2): 269–91. <https://doi.org/10.1080/14683857.2019.1578053>.

Van Gils, Eske. 2018. "Azerbaijan's Foreign Policy Strategies and the European Union: Successful Resistance and Pursued Influence." *Europe-Asia Studies* 70 (5): 738–58. <https://doi.org/10.1080/09668136.2018.1479733>.

RESUMO

A participação ativa em organizações internacionais permite que Estados defendam seus interesses, contribuam para agendas globais e estabeleçam relações construtivas com outros países. O Azerbaijão coopera com organizações internacionais para cultivar relações funcionais, diversificar suas parcerias, acessar novas plataformas, tomar iniciativas cruciais, coordenar políticas globais, adotar valores e normas universais, facilitar a colaboração em áreas como transporte e energia, e enfrentar desafios específicos. Este artigo argumenta que o Azerbaijão, apesar de ser um Estado pequeno, alcança prioridades da política externa 1) estabelecendo agendas e tomando iniciativas no âmbito das organizações internacionais; 2) aderindo a organizações internacionais existentes; 3) participando da criação de novas organizações internacionais; e 4) aproveitando benefícios de programas de parceria que não exigem adesão.

PALAVRAS-CHAVE

Azerbaijão, organizações internacionais, política externa, cooperação, adesão, parceria

Recebido em 15 de abril de 2024

Aceito em 26 de março de 2026

Traduzido por Maria Manoela Ribeiro Spolavori